

EDUCAÇÃO E POLÍTICA

Neidson Rodrigues*

INTRODUÇÃO

O tema Educação e Política tem recebido os mais diversos tratamentos, especialmente por parte dos educadores que têm tecido alguma crítica aos rumos da educação brasileira nos anos de autoritarismo obscurantista do regime militar brasileiro.

O conteúdo dessas críticas era dirigido ou à submissão dos objetivos da educação escolar à concepção de Estado e sociedade, então ressaltados nas políticas de governo, ou à submissão da educação política dos educandos à ideologia de segurança nacional, passando pela crítica à particular concepção de neutralismo que a educação escolar deveria manter face aos problemas políticos da sociedade brasileira. Sob qualquer desses aspectos de referência, a crítica denunciava as tentativas de transformar a educação em aparelho de inculcação ideológica, de uniformizar a concepção de mundo dos dirigentes do Estado na consciência dos educandos ou de converter essa consciência em indiferença em relação à vida política nacional e à própria participação do cidadão nos poderes de decisão.

O valor da crítica pode ser considerado importante, pois manteve, mesmo nos anos mais fechados do regime, uma chama acesa em torno da importância da discussão política do ato educativo.

Ao trilharmos, nesse momento, novos caminhos para a reconstrução da educação nacional temos, no entanto, de fazer uma revisão da ex-

* Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

tensão, do sentido e da dimensão do processo de formação política contidos no ato educativo. E, para contribuir para o debate, pretendemos, aqui, discutir a questão por dentro do processo pedagógico e não mais à sua margem. Sem desconsiderar a importância da discussão teórica das relações entre a educação e a política, gostaríamos de propor ao leitor verificar o modo como pode a escola desenvolver, organizar e ampliar a consciência política dos educandos a partir da própria prática pedagógica, enquanto atividade específica da vida da escola, desde os seus níveis mais elementares até os níveis superiores de educação escolar.

A EDUCAÇÃO POLÍTICA COMO PRÁTICA COTIDIANA DA ESCOLA

Não pretendemos traçar novas teses sobre a relação entre a educação e a política, mas, simplesmente, demonstrar que a educação política pode ser direcionada na prática cotidiana do processo educativo.

Encontra-se bastante generalizada entre os educadores a concepção de que, devendo a educação escolar preparar o cidadão — criança, adolescente ou adulto — para a vida social, torna-se indispensável que o ato pedagógico privilegie a formação de sua consciência de cidadania.

Essa concepção sugere uma estranha direção para o ato de executar tal papel pedagógico: acredita-se, freqüentemente, que essa tarefa deve ser cumprida pelo acréscimo de ações pedagógicas próprias, mediante disciplinas, conteúdos e educador específico para o atendimento do objetivo. Julga-se, por aí, que devem ser introduzidos conteúdos de política, de filosofia, de sociologia, ou então politizar o ensino de História, Geografia, indicando-se as atividades comemorativas e do centro cívico como o meio mais adequado para a formação da consciência política do educando.

Digo que essa direção é estranha pelo fato de que ela tende a fragmentar e isolar o processo de formação da consciência. Além disso, atribui-se a uma atividade especial da educação escolar o cumprimento de uma tarefa que deve ser de toda a educação escolar e de todos os que militam no processo educativo. Considerando-a isolada ou especializada, o que se produz será, nada mais, nada menos, do que uma erudição sobre a política, inviabilizando a incorporação do político no todo do processo educativo. Desta forma, divide-se mais ainda o trabalho dos educadores e impede-se a escola de tratar, de modo global e segundo um critério de totalidade, o processo de formação do cidadão. Por isso, gostaríamos de simplificar nossa discussão para que possamos examinar, por dentro da vida escolar e não por uma via oblíqua, a formação política do cidadão.

PRIMEIRO MOMENTO DA EDUCAÇÃO POLÍTICA: PLANEJANDO O ENSINO

Convido o leitor a imaginar comigo uma situação concreta que pode ocorrer em qualquer escola, dos grandes centros urbanos aos pequenos, da periferia urbana ou rural. Nessa determinada escola, os professores se reúnem para realizar o planejamento das atividades que serão desenvolvidas durante o ano letivo. Partem do pressuposto fundamental de que o objetivo da educação escolar é a preparação das crianças para o exercício pleno de sua cidadania. Tal objetivo, para eles, tem um significado bastante concreto: devem, através dos processos educacionais, preparar os alunos intelectual, científica e profissionalmente para compreender a realidade social, econômica, política e cultural em que vivem e, ao mesmo tempo, prepará-los para uma participação efetiva no processo de mudança dessa realidade.

Sabem que este processo de participação se dá, de um lado, a nível individual, na medida em que os indivíduos adquirem conhecimento da realidade e se habilitam para enfrentá-la. E, de outro, a nível do grupo social, pela interferência organizada dos indivíduos para mudá-la, uma vez que o conhecimento produz alterações nos modos de sentir e de inserir nessa realidade. Por isso devem trabalhar o educativo com a certeza de abordar uma ação cuja natureza se articula diretamente com a realidade vivida pelos educandos, pois essa articulação, aliada a uma

dada concepção de mundo, direciona a ação dos homens. Logo, a educação escolar não pode ser pensada como algo neutro em relação ao mundo, mas como algo que produz, na sua própria dinâmica, caminhos diferenciados para a ação social concreta em função de interesses e necessidades dos próprios educandos.

Por isso, os educadores nessa escola estão conscientes de que, quando um indivíduo se prepara, de maneira adequada, para o exercício de uma atividade profissional, ele produz uma primeira mudança na sua relação com o mundo do trabalho — ao adquirir novas habilidades profissionais, ele tanto pode mudar de trabalho e de emprego, como pode reivindicar condições mais adequadas de trabalho e de salário, para o que ele encontrar-se-á melhor preparado.

Isso se ajusta à concepção de que o ato educativo é composto de um conhecimento (saber) e de ações resultantes desse conhecimento (fazer) — devendo o educando, ao aprender, incorporar o novo saber na sua ação diária. Se a criança aprende a importância da higiene e da natureza na conservação, preservação e desenvolvimento de condições superiores de vida humana, esse conhecimento pode levá-la a uma mudança individual de comportamento frente às exigências de higiene e conservação da natureza. Então, ele passa a lavar as mãos, tomar banho, manter a roupa limpa, beber água filtrada ou fervida.

A partir desse nível de ação individual, ela realiza a passagem para o nível social. Se as condições adequadas de limpeza, água encanada, esgoto, coleta de lixo, se acham ausentes do seu local de moradia ou bairro, a consciência da necessidade e o conhecimento do dever do poder público de supri-los pode levar a uma outra ação, agora coletiva e organizada: a ação sobre os órgãos dos poderes públicos para dotar o seu bairro das condições aprendidas como necessárias.

Assim, no plano social, a consciência da necessidade da limpeza pública, da conservação da natureza, do uso de técnicas e do conhecimento científico como formas para melhorar as condições de vida na cidade, pode levá-la a articular outros grupos na vila e na cidade, para forçar o poder público e outras instâncias institucionais da sociedade a comba-

terem a poluição e dotarem a cidade de água encanada, esgotos, manutenção de praças, jardins e outros logradouros públicos. Este nível de ação já não mais progride apenas no plano da iniciativa individual, mas compreende, necessariamente, uma ação social. Ao atingir esse nível de consciência da necessidade da mudança de uma realidade social, tendo como suporte novas formas de participação que atingem objetivos para além da possibilidade dos indivíduos, já estamos entrando no plano político. Por tal caminho, a criança vai aprender que, em nível mais complexo, uma determinada realidade econômica é a responsável pela situação de miséria da maioria da população. Isso deve exigir, por consequência, profundas alterações nos processos de organização da sociedade política.

Vê-se que, por tais desdobramentos do trabalho educativo, se conduz o educando a compreender e a perceber que a possibilidade concreta de mudança se acha condicionada a mudanças de governo, de orientação política, de orientação econômica. Ela progride na sua compreensão a um plano mais elaborado de organização e de participação social. E na esteira desse processo pode-se chegar, inclusive, a elaborar um conhecimento da realidade mundial, na medida em que entende que as condições de vida do homem são afetadas pelas condições de organização econômica e social e pela absorção e utilização do conhecimento científico, da técnica e da cultura mundiais. O aprendizado dessa possibilidade pode levar a criança a compreender a importância da ciência, da técnica e do conhecimento universal.

O que se pode extrair dessas lições? Parece óbvia a conclusão, de que, a formação do cidadão não significa, única e exclusivamente, a formação de uma pessoa capaz de circular e conviver no seu ambiente restrito, mas inclui a possibilidade da criança compreender a sua realidade local, o modo e as condições de vida da sociedade em que vive, até atingir a visão das condições universais e da cultura mundial. Esse é o processo objetivo que os educadores de nossa escola hipotética passaram a ter no momento em que se reuniram para organizar a atividade educativa que deveriam desenvolver com suas crianças.

Examinando, de outro lado, como poderiam realizar esse processo, os

educadores compreenderam que eles detêm a posse e os instrumentos convencionais do processo educativo: material didático, livros, um currículo, um programa de ensino, um calendário escolar, uma sala de aula e a sua capacidade de estabelecer um relacionamento pedagógico com os seus educandos. Estes são os instrumentos que se encontram disponíveis e à mão dos educadores para realizar essa tarefa anteriormente dimensionada.

No âmbito das suas atividades, assumem que devem ensinar algumas coisas e, através delas, levar as crianças à compreensão da realidade e à participação nesse processo de mudança. Este ensino se dá através da organização de atividades pedagógicas ao longo do ano, em torno de algumas disciplinas: a alfabetização, o ensino da Língua, da História, das Ciências, da Geografia, da Educação Artística, da Educação para a Saúde e de outras atividades que se desenvolvem na escola durante o ano letivo. Compreendida assim a tarefa da educação escolar, tendo-se claros os objetivos da formação do cidadão através da atividade pedagógica e supondo-se que esse ensino postula uma articulação do conhecimento aprendido com a ação concreta para a mudança da realidade individual e social surge, entre esses educadores, uma outra indagação: qual seria o ponto de partida para levar as crianças do nível de compreensão da realidade social e imediata até a realidade mundial e mediata?

O PONTO DE PARTIDA: UMA METODOLOGIA QUE É UMA POLÍTICA

Os educadores dessa escola descobriram outra coisa importante: o programa de ensino que eles deveriam planejar não poderia se circunscrever, *a priori*, nos conteúdos registrados em seus textos didáticos. Aqui encontravam material de apoio para o seu trabalho, mas não poderiam reduzir a atividade pedagógica aos limites desses textos. Mesmo porque, se o ponto de partida se acha na realidade vivida pelos educandos, eles, educadores, não poderiam ignorar essa realidade que os alunos vivem e conhecem, apesar desse conhecimento ainda estar no nível de "senso comum", e portanto fragmentado, parcial e circunstancial. O processo educacional não pode ignorá-lo se deseja abrir a potencialidade do educando para conhecer, de modo organizado e crítico, essa realidade,

bem como orientá-lo em ações concretas para transformá-la. Logo, a elaboração do plano de trabalho pedagógico não é anterior, nem está à margem do próprio trabalho pedagógico. Eles são concomitantes e correlatos.

Pois bem. Resolveram mudar o processo do planejamento. Decidiram por iniciar as aulas questionando os próprios alunos sobre o que eles faziam, como viviam, como sentiam o mundo vivido e quais eram as experiências que julgavam importantes em sua própria vida. Passaram a ouvir dos alunos a sua experiência de trabalho, a visão que eles revelavam das relações de trabalho dos seus pais, as atividades realizadas pelos membros das famílias, o próprio trabalho que muitas dessas crianças desenvolviam no dia-a-dia ajudando a mãe e o pai na tentativa de conseguirem algum dinheiro. Essas crianças manifestavam, também, sua experiência com a natureza. Eram capazes de falar a respeito do sol, do vento, da chuva, das árvores, dos prédios, da cidade, da alimentação, de outras crianças, do transporte, do ônibus, dos carros, do barulho, de uma fala que eles ouviam a respeito da vida política, das indústrias, das pessoas ricas, dos fazendeiros.

Os professores começaram a discutir como utilizar esse material vivo na organização do seu trabalho escolar. E descobriram que esta era a matéria-prima através da qual eles poderiam elaborar todo o processo de ensino. O professor de alfabetização não iria buscar frases feitas em cartilhas ou em livros distribuídos por uma editora e, sim, a partir das falas dos alunos, iria construir o processo da própria alfabetização. Essas falas diziam do mundo, da natureza, da vida social, da vida política, da vida cultural. Conquanto de forma simples e não elaborada, elas se constituiriam em matéria da alfabetização bem como no desenvolvimento do ensino da língua portuguesa. E na medida em que as falas continham uma visão do próprio mundo vivido pelas crianças, elas também poderiam ser a matéria da educação para a saúde, o ponto de partida para as atividades de educação artística. Mas não só o grupo de professores descobriu que as falas constituir-se-iam na referência para o ensino de Ciências, de História, de Geografia. Os professores, juntamente com a supervisão, a orientação e a direção da escola resolveram, então, transformar essa matéria-prima baseada na vida dos próprios alu-

nos no conteúdo do seu ensino, e começaram a trabalhar com os alunos a partir dessa realidade. Puderam, neste sentido, ir construindo um processo educativo por uma via bastante diferenciada, descobrindo depois de algum tempo, que eles não precisavam procurar a chamada integração entre as disciplinas porque a mesma estava se dando no próprio processo pedagógico, já que ele se desenvolvia em função da matéria que estava sendo trabalhada: a realidade vivida, sentida e explicitada pelos alunos. Tomada essa realidade como ponto de partida, unificava-se o objetivo do ensino de Português, de Matemática, de História, de Geografia, de Ciências, de Educação Artística e de Educação para a Saúde. Descobriram, desta forma, que na medida em que o objetivo trabalhado é o mesmo, a inter-relação entre as disciplinas ocorre naturalmente. E puderam, a partir dessa matéria-prima, ajudar os alunos a compreenderem, de modo mais elaborado e mais amplo, a realidade por eles vivida, pois passavam da simples fala do mundo para a discussão do processo e do sentido do trabalho, da vida social, da vida política, da importância da absorção dos conhecimentos científicos e técnicos, das diferenças das profissões, das diferenças entre os diversos instrumentos de trabalho e o valor que esses instrumentos têm em função da diversidade do trabalho, da importância da ação política e da ação organizada da sociedade. Os alunos ampliavam a compreensão da realidade por eles vivida e, a partir dessa abertura para o mundo, se tornaram capazes de realizar uma interferência nessa realidade. O ensino de Português, de História, de Geografia, de Ciências, de Educação Artística, de Educação para a Saúde foram sendo trabalhados a partir da realidade que os meninos conheciam e podiam explicitar.

As relações do homem com a natureza, as necessidades da saúde e as condições mais adequadas para que uma vida saudável pudesse ser viabilizada eram tratadas no cotidiano da escola. A importância da ação coletiva na transformação das condições objetivas da vida do homem e do poder público como responsável pelo suprimento das necessidades mais amplas de toda a sociedade, as diferenças na organização social da cidade e na própria organização urbana, as necessidades de controle da poluição, a importância do homem no processo de construção do social tornaram-se os temas freqüentes do debate e da discussão nessa escola. Os professores foram descobrindo, à medida que iam trabalhando nessa

direção, que estavam ensinando os conteúdos exigidos nos programas de Português, de Matemática, de História, de Geografia, de Ciências. E, ao mesmo tempo, a partir desta forma de trabalho, os alunos iam compreendendo a importância da transformação da sociedade, a necessidade da participação do homem nessa transformação, a importância de cada indivíduo, isoladamente, em grupo ou de forma organizada, para produzir ações que resultem em transformações na sociedade.

E, à medida que os educadores passavam de uma análise simples que eles faziam de si mesmos e do mundo vivido para a compreensão não só dos processos que determinam o seu comportamento e o modo de ver esse mundo, como também das relações sociais, econômicas e culturais que determinam o modo de ser da realidade, isso os impulsionava para o entendimento da historicidade do real vivido. E que, sendo histórica, a realidade era, essencialmente, uma produção humana que poderia ser mudada e transformada. Demonstrando que a mudança que ocorre ao nível individual, a partir da ação isolada e singular de um cidadão, recobre o interesse e a necessidade individual, já que as mudanças que recobrem a necessidade social dependem da ação organizada e coletiva de intervenção nas instituições públicas e na vida política, descobriram que, através dessa nova metodologia, estavam oferecendo aos alunos uma forte educação política. E aprenderam que a educação é política quando é capaz de conduzir o educando a uma visão ampliada do real vivido e das formas adequadas para a sua transformação.

Há de se descartar, por aqui, a tradicional concepção de que a formação da consciência crítica do educando se faz através de conteúdos formalizados e relativos a disciplinas específicas, como Filosofia, Sociologia, História ou Geografia, como se a consciência crítica resultasse de conhecimentos formais ou de atividades promovidas com essa finalidade. Tal concepção tende a dividir o trabalho pedagógico entre conteúdos "científicos", conteúdos "profissionais e técnicos" e conteúdos "críticos". A partir dessa divisão de trabalho entre os educadores, cada um tende a assumir a propriedade de sua tarefa, descompromissando-se pela totalidade do ato educativo. Há de se considerar que o desenvolvimento da consciência crítica se faz pelo conhecimento, análise e ação sobre a realidade vivida e isso não é propriedade de nenhum

conteúdo em particular, nem responsabilidade que pode ser subdividida no processo pedagógico.

A EDUCAÇÃO É POLÍTICA ENQUANTO TOTALIDADE

Retornemos ao imaginário deste trabalho e vamos pensar nas lições que ele nos indica:

- 1.º) O processo educativo não pode se dar de maneira fragmentada, como tem sido desenvolvido na escola tradicional. De um lado o professor de Português, do outro o professor de História e do outro o de Geografia, o de Ciências, o de Educação para a Saúde, e assim por diante. Na medida em que cada programa de ensino organiza os seus conteúdos isoladamente descobre-se, ao longo do processo, que se está fragmentando a atividade educativa. Fragmentada, ela não consegue dar unidade ao processo educacional no interior da escola. A tentativa tradicional para superar essa programação tem sido a de procurar soluções criando mediadores para a integração das atividades curriculares. Cria-se um serviço de supervisão que, freqüentemente, tem por objetivo integrar as atividades que estão sendo desenvolvidas na escola. De outro lado, tenta-se resolver os problemas pelos caminhos burocráticos reunindo-se os professores para discutirem, em conjunto, os programas que vão desenvolver, para buscar o modo de articulação entre o ensino das várias disciplinas. E, a partir daí, procura-se integrar o professor de Português com o de História, o de História com o de Geografia, o de Matemática com o de Ciências e assim por diante, sempre procurando criar um mediador formal que integre as atividades curriculares.
- 2.º) O ensino deve estar adequado à realidade das crianças. Esta consciência de adequação do ensino à realidade é bastante generalizada. No entanto, quando se procura dar conteúdo a essa proposta, o modo fragmentado de trabalhar o ensino produz soluções igualmente inadequadas. Freqüentemente, realizam-se pesquisas a respeito da vida social, econômica e cultural das crianças, bem como elaboram-se tabelas e quadros, procura-se discutir os interesses da "comunidade" e tenta-se montar, de maneira artificial, um progra-

ma de trabalho a partir das pesquisas assim efetuadas. Isto conduz à busca do ajustamento do ensino ao nível das crianças, rebaixando-se o nível do ensino. Julga-se que ensinar a criança da zona rural significa ensiná-la a fazer as coisas que são feitas na zona rural: cria-se uma horta na escola para ensinar os meninos a plantar, a colher e a comercializar os produtos e, nas periferias urbanas, organiza-se o ensino de um determinado tipo de assistência à saúde e às famílias, etc.

Ora, estas perspectivas são extremamente artificiais e não podem ser justificadas do ponto de vista pedagógico, filosófico ou político. Quando se busca a integração das atividades curriculares deve-se atentar para o fato de que esta integração só ocorrerá quando o objeto que estiver sendo trabalhado na atividade pedagógica unificar o processo pedagógico. Ora, se o programa de ensino trata das relações do homem com a natureza, não é necessário procurar formas de integração entre as várias disciplinas para ressaltar essa relação. Se se parte da natureza vivida pelos alunos, ela poderá ser trabalhada tanto pelo professor de Português, quanto pelo professor de Ciências, de Matemática, de Educação Artística, de Educação Física, e assim por diante. Da mesma forma, se a cidade ou o município é o conteúdo trabalhado num determinado momento, é ele que estabelece os canais de integração entre as várias disciplinas. Se os professores de Português de História, de Ciências, de Educação para a Saúde, de Educação Artística considerarem a vida da cidade ou da zona rural com seus problemas e a percepção que os alunos têm dessa realidade como referência para o ensino, se a totalidade da tarefa planejada pela escola se dirigir à melhor com-

preensão dessa realidade, então a integração dar-se-á, normalmente, e os alunos, além de compreenderem melhor a sua relação com o mundo vivido, poderão incorporar os novos instrumentos do conhecimento elaborado no interior dos conteúdos para ampliar a transformação dessa realidade. A esse nível, sua consciência política estará sendo desenvolvida no desenrolar do processo da educação escolar.

- 3º) Toda a atividade educativa é política. Não se exigirá um grande esforço intelectual para que compreendamos que, assumida a função da educação escolar como a de formar o educando para o pleno exercício da cidadania, toda a atividade educativa se encontra umbilicalmente comprometida com uma função política.

Tal função pode ser, entretanto, descaracterizada do processo educativo que, ignorando o universo vivido pelo educando, se propõe apenas a realizar uma transferência de saberes dos educadores ou do material didático para os alunos. Se o saber, o conhecimento, tarefa fundamental da educação escolar, é importante, ele só o é na medida em que promove no educando a capacidade de estabelecer novas relações com a realidade vivida. Sem essa articulação com o real, o saber se dissolve em acúmulo de informações mais ou menos eruditas, descoladas do modo de existência dos educandos e dos educadores, gelatinosa frente à vida e à História. Incapaz de ampliar e organizar a consciência crítica dos educandos, essa educação se converte em inutilidade formal, ainda que recheada de discurso sobre a importância e o valor do conhecimento crítico e de intenções proclamadas de se fazer uma educação política.